

Enel Green Power Ituverava Solar S.A.

CNPJ: 21.602.288/0001-44

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Com relatório dos auditores independentes

Enel Green Power Ituverava Solar S.A.

Demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório da administração	1
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras.....	2
Demonstrações financeiras	
Balancos patrimoniais.....	5
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente.....	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeiras	11

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2023

Senhores acionistas, a Administração da Enel Green Power Ituverava Solar S.A., em cumprimento às suas atribuições e atendendo aos dispositivos legais e contratuais vigentes, apresenta a V.Sas. as demonstrações financeiras da Companhia, acompanhada do relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024.

Diretoria executiva	Descrição do cargo
Bruno Riga	Diretor-Presidente
Luciano Alves de Oliveira	Diretor de Construção
Fabio Destefani Campos	Diretor de Operação e Manutenção
Vago	Diretor Administrativo, Financeiro e de Planejamento e Controle
Vago	Diretor de Compras

Relações com Investidores

Fábio Romanin

Contadora Responsável

Camila Silva de Mello
CRC 1RS083577/O-5



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas e Diretores da Enel Green Power Ituverava Solar S.A.

Rio de Janeiro – RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Enel Green Power Ituverava Solar S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Green Power Ituverava Solar S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório.

Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 14 de março de 2024

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-RJ



Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC R. 092563/O-1

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Ativo circulante</u>			
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.103	4.795
Títulos e valores mobiliários		4	13
Contas a receber de clientes	4	15.421	16.593
Imposto de renda e contribuição social compensáveis		3.150	2.393
Outros tributos compensáveis		1.541	63
Outros créditos	5	7.251	5.573
Total do ativo circulante		31.470	29.430
<u>Ativo não circulante</u>			
Tributos diferidos	16	127	-
Instrumentos financeiros derivativos	18	53.344	69.637
Imobilizado	6	305.059	314.856
Intangível	7	3.125	3.242
Total do ativo não circulante		361.655	387.735
Total do ativo		393.125	417.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	31.12.2023	31.12.2022
<u>Passivo circulante</u>			
Fornecedores	8	20.613	18.256
Empréstimos e financiamentos	9	30.371	31.123
Obrigações por arrendamentos		24	12
Salários, provisões e encargos sociais		342	541
Outras obrigações fiscais		456	174
Encargos setoriais		66	29
Ressarcimento mercado regulado		1.678	2.161
Instrumentos financeiros derivativos	18	904	2.651
Redução de capital	12.1	-	37.836
Outras obrigações		1.038	1.000
Total do passivo circulante		55.492	93.783
<u>Passivo não circulante</u>			
Empréstimos e financiamentos	9	152.939	189.506
Obrigações por arrendamentos		2	25
Tributos diferidos	16	-	875
Provisão para desmantelamento	10	1.168	621
Provisões para processos judiciais	11	1	1
Redução de capital	12.1	37.836	-
Total do passivo não circulante		191.946	191.028
<u>Patrimônio líquido</u>			
Capital social	12	215.388	200.110
Reserva de incentivo fiscal		1.848	1.848
Outros resultados abrangentes		1.424	189
Prejuízos acumulados		(72.973)	(69.793)
Total do patrimônio líquido		145.687	132.354
Total do passivo e do patrimônio líquido		393.125	417.165

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
Receita líquida	13	46.293	46.521
Custo do serviço	14	(26.532)	(24.997)
Lucro bruto		19.761	21.524
Despesas operacionais	14		
Despesas gerais e administrativas		(6.192)	(2.608)
Total despesas operacionais		(6.192)	(2.608)
Resultado do serviço		13.569	18.916
Resultado financeiro	15		
Receitas financeiras		36.153	59.249
Despesas financeiras		(54.540)	(76.284)
Total do resultado financeiro		(18.387)	(17.035)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		(4.818)	1.881
Imposto de renda e contribuição social correntes	16	-	(847)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	16	1.638	2.087
		1.638	1.240
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(3.180)	3.121
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	12	(0,01)	0,01

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(3.180)	3.121
Itens que serão reclassificados para a demonstração do resultado		
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	1.871	1.830
Tributos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	(636)	(97)
	1.235	1.733
Total de outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos	(1.945)	4.854

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (valores expressos em milhares de reais)

	Capital Social		Reserva de incentivos fiscais	Prejuízos acumulados	Outros resultados abrangentes	Total
	Capital subscrito	(-) Capital a integralizar				
Saldo em 31 de dezembro de 2021	219.236	(126)	-	(71.066)	(1.544)	146.500
Aumento de capital	73.574	(73.574)	-	-	-	-
Redução de capital	(65.000)	27.164	-	-	-	(37.836)
Integralização de capital	-	18.836	-	-	-	18.836
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.121	-	3.121
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.830	1.830
Impostos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(97)	(97)
Constituição de reserva de incentivos fiscais	-	-	1.848	(1.848)	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	227.810	(27.700)	1.848	(69.793)	189	132.354
Integralização de capital	-	15.278	-	-	-	15.278
Prejuízo do exercício	-	-	-	(3.180)	-	(3.180)
Ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	1.871	1.871
Impostos diferidos sobre ganho em instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	(636)	(636)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	227.810	(12.422)	1.848	(72.973)	1.424	145.687

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
 (valores expressos em milhares de reais)

	2023	2022
<u>Atividades operacionais</u>		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.180)	3.121
<u>Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:</u>		
Ajuste a valor de mercado	2.066	(13.861)
Encargos de arrendamento	2	3
Juros provisionados sobre empréstimos	10.530	6.956
Depreciação e amortização	12.792	12.796
Atualização financeira - desmantelamento	77	65
Juros e variações monetárias	(14.030)	(27.387)
Apropriação dos custos de transação	451	451
Instrumento financeiro derivativo	14.546	44.026
Imposto de renda e contribuição social correntes	-	847
Provisões para processos judiciais e outros riscos	1	1
<u>Redução (aumento) dos ativos:</u>		
Contas a receber de clientes	1.172	(1.465)
Imposto de renda e contribuição sociais compensáveis	(2.395)	(2.082)
Outros tributos compensáveis	(1.478)	557
Outros créditos	(1.678)	(1.976)
<u>Aumento (redução) dos passivos:</u>		
Fornecedores	2.357	469
Salários, provisões e encargos sociais	(199)	(297)
Imposto de renda e contribuição social a pagar	425	(298)
Ressarcimento mercado regulado	(483)	(10.836)
Outras obrigações fiscais	282	(161)
Encargos setoriais	37	1
Redução de capital	-	37.836
Outras obrigações	37	691
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	(425)	(549)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(9.323)	(5.348)
Recebimentos (pagamentos) de juros de instrumento financeiro derivativo	1.871	1.830
Pagamentos de juros de arrendamento	(1)	(3)
Caixa líquido gerado (utilizado) pelas atividades operacionais	13.454	45.387
<u>Atividades de investimentos:</u>		
Adições para imobilizado e intangível	(2.408)	(379)
Títulos e valores mobiliários	9	(2)
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos	(2.399)	(381)
<u>Atividades de financiamentos:</u>		
Aumento (redução) de capital	-	(37.836)
Integralização de capital	15.278	18.836
Pagamentos de empréstimos e financiamentos (principal)	(27.013)	(22.285)
Pagamentos de arrendamento (principal)	(12)	(11)
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamentos	(11.747)	(41.296)
Varição no caixa líquido da Companhia	(692)	3.710
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	4.795	1.085
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	4.103	4.795

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



1. Contexto operacional

A Enel Green Power Ituverava Solar S.A. ("Companhia") foi constituída em 6 de novembro de 2014, com sede na cidade e Estado do Rio de Janeiro, controlada pela Enel Brasil S.A. e tem por objeto social a geração de energia elétrica de origem solar, podendo realizar outros serviços afins ou complementares relacionados ao seu objeto social, inclusive deter participação social no capital social de outras sociedades seja como acionista ou quotista.

A Companhia explora o potencial solar de 56 MW no município de Tabocas do Brejo Velho, Estado da Bahia, que foi objeto do Leilão nº 08/2014-ANEEL, com contrato vigente até 11 de maio de 2050, referente à compra de energia proveniente de novos empreendimentos de geração, com início de suprimento desde janeiro de 2018.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Companhia considerou a Orientação Técnica OCPC 07 (R1) e o Pronunciamento Contábil CPC 26 (R1) para divulgação das políticas contábeis que, a partir de 1º de janeiro de 2023, exigem a divulgação de políticas contábeis "materiais" em vez de "significativas".

Estas alterações não resultaram em nenhuma mudança relevante, veja nota explicativa 2.4. A Companhia aplicou e divulgou as políticas contábeis de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras, salvo indicação ao contrário.

A administração da Companhia autorizou a emissão destas demonstrações financeiras em 14 de março de 2024.

2.1.2 Moeda funcional e transações em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

2.1.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicada a base diferente de mensuração.

2.2 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 1º de janeiro de 2023.

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2023 estão evidenciadas a seguir e não resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis atualmente utilizadas pela Companhia:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 50 – Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023
CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover <i>guidance</i> sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Divulgação de políticas contábeis	1º de janeiro de 2023
CPC 32 – Tributos sobre o lucro	Reforma tributária internacional - Regras modelo do pilar dois	23 de maio de 2023

2.3 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante e passivo circulante com <i>covenants</i> .	1º de janeiro de 2024
CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – instrumentos financeiros: evidenciação	Requisitos de divulgação para acordos de financiamento de fornecedores, apresentando como esses acordos afetam os passivos e os fluxos de caixa de uma entidade; e como a entidade poderia ser afetada se os acordos já não estivessem disponíveis para ela.	1º de janeiro de 2024
CPC 06 (R2) – Arrendamentos	Responsabilidade de arrendamento em uma venda e relocação.	1º de janeiro de 2024
<u>CPC 02 – Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio</u>	Falta de trocabilidade para exigir que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é trocável por outra moeda e, quando não o é, para determinar a taxa de câmbio a utilizar e as divulgações a fornecer.	1º de janeiro de 2025
CPC 36 (R3) – Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2) – Venda ou Contribuição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint venture</i>	Prover <i>guidance</i> para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	A data efetiva dessas alterações foi diferida por tempo indeterminado. A adoção antecipada continua sendo permitida somente para IFRS.

2.4 Aplicação de julgamentos, estimativas e premissas contábeis materiais

As práticas contábeis e estimativas materiais da Companhia estão apresentadas nas notas explicativas próprias aos itens a que elas se referem.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas.

A Companhia adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa à determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis.

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data de reporte, envolvendo risco de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, estão apresentadas nas notas explicativas.

A seguir estão apresentadas as notas explicativas que contém informações sobre julgamentos e principais premissas realizadas.

- Nota 4 – Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa;
- Nota 7 – Intangível;
- Nota 10 – Provisões para desmantelamento;
- Nota 11 – Provisões para processos judiciais;
- Nota 16 – Imposto de renda e contribuição social diferidos;
- Nota 18 – Instrumentos financeiros.

3. Caixa e equivalentes de caixa

De acordo com o modelo de negócios da Companhia, os saldos de caixa e equivalentes de caixa são classificados como custo amortizado pois tem como objetivo coletar os fluxos de caixa de principal e juros. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e ajustados posteriormente pelas amortizações do principal, juros e correção monetária, em contrapartida ao resultado, calculados com base no método de taxa de juros efetiva, conforme definido na data da sua contratação e atualização da taxa CDI mensal.

Caixa e equivalentes de caixa, incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e estão demonstradas pelo custo acrescido dos juros auferidos por apresentarem risco insignificante de variação no seu valor de mercado.

Redução ao valor recuperável: todo saldo relacionado a caixa e equivalentes de caixa está sujeito à análise de perdas esperadas de acordo com o CPC 48 Instrumentos Financeiros. Os investimentos da Companhia são realizados com base na sua política que determina a diversificação do risco de crédito, centralização de suas transações em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração e critérios de ratings das principais agências de risco (nota explicativa nº 18). Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 não houve expectativa de perda de ativos financeiros nas instituições para os quais a Companhia possuía caixa e equivalentes de caixa. Desse modo, não foi registrada nenhuma perda esperada associada a esses ativos.

	31.12.2023	31.12.2022
Caixa e contas correntes bancárias	4.103	44
Aplicações financeiras		
Operações compromissadas	-	4.751
Total	4.103	4.795

As aplicações financeiras referem-se a investimentos em produtos de renda fixa, de baixo risco, com conversibilidade imediata e liquidez diária, sendo remunerados pelo Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”), portanto, já reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida do resultado do exercício. Essas

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



aplicações estão mantidas em bancos de primeira linha, podendo ser resgatada a qualquer tempo. Os investimentos em Operações Compromissadas foram remunerados no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em média, a 80% do CDI.

4. Contas a receber de clientes

O saldo registrado engloba as contas a receber com venda de energia, registrado pelo valor de custo incluindo os respectivos impostos de responsabilidade tributária da Companhia e deduzidos de provisão para ajuste ao valor recuperável, quando aplicável.

	A vencer	Vencidos	Total	Total
		mais de 90 dias	31.12.2023	31.12.2022
Mecanismo de Curto Prazo - MCP	-	549	549	1.369
Suprimento de energia - ACR - Ambiente de contratação regulado	4.417	-	4.417	4.188
Ressarcimento - ACR - Ambiente de contratação regulado	4	-	4	585
Contas a receber - partes relacionadas (nota 17)	-	10.496	10.496	10.496
	<u>4.421</u>	<u>11.045</u>	<u>15.466</u>	<u>16.638</u>
Perdas esperadas para créditos de liquidação duvidosa	-	(45)	(45)	(45)
Total	4.421	11.000	15.421	16.593

O prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda.

As transações de energia no Mecanismo de Realocação de Energia (MRE), são realizados no Mercado de Curto Prazo (MCP) e são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência.

Uso de estimativas

Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa (“PECLD”)

As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência de perda de crédito do Grupo Enel cujo modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual.

A Companhia determina percentuais de perdas esperadas de crédito (“*Expected Credit Losses – ECL*”) desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro, estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default – PD*”) e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência (“*Loss given default – LGD*”), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem.

A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito da Companhia e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro.

A Companhia não constituiu provisão para perdas esperadas de liquidação duvidosa para recebíveis que são liquidados na CCEE (ACR, Ressarcimento e MCP), em razão das garantias envolvidas nas operações reguladas. Quanto aos saldos a receber de partes relacionadas, por não apresentarem risco de recuperação, nenhuma perda esperada foi registrada nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Não ocorreram provisões ou reversões de PECLD para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



5. Outros créditos

	31.12.2023	31.12.2022
Adiantamentos a empregados	50	75
Adiantamentos a fornecedores	798	865
Créditos a receber de terceiros	418	418
Almoxarifado (a)	2.221	1.421
Compartilhamento de despesas comuns - partes relacionadas (nota 17)	3.760	2.794
Outros	4	-
Total	7.251	5.573

(a) O saldo de R\$ 2.221 (R\$ 1.421 em 31 de dezembro de 2022), refere-se à materiais, peças e aparatos mantidos pela Companhia para gerenciamento, manutenção e operação dos parques solares.

6. Imobilizado

Os itens que compõem o ativo imobilizado da Companhia são apresentados ao custo de aquisição ou de construção, líquido de depreciação acumulada e/ou perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, se for o caso. Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos. O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se necessário, na data de encerramento do exercício. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O saldo do ativo imobilizado está composto, basicamente, pelo custo de aquisição de máquinas e equipamentos, compostos principalmente por aerogeradores e turbinas que compõem a infraestrutura operacional da Companhia, instalações técnicas/ mecânicas – solar e obras civis.

Uso de estimativas

Desmantelamento de áreas

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia (nota explicativa nº 11).

A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

Redução ao valor recuperável

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido

Abaixo é demonstrada a movimentação do imobilizado nos exercícios de 2023 e 2022:

	31.12.2022	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2023
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	55.626	-	-	470	-	56.096
Veículos	494	-	-	-	127	621
Instalações técnicas/mecânicas - solar	315.069	-	-	-	97	315.166
	371.189	-	-	470	224	371.883
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(8.908)	-	(1.856)	-	-	(10.764)
Instalações técnicas/mecânicas - solar	(50.880)	-	(10.608)	-	-	(61.488)
Veículos	(167)	-	(73)	-	-	(240)
	(59.955)	-	(12.537)	-	-	(72.492)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	1.004	2.396	-	-	(224)	3.176
	1.004	2.396	-	-	(224)	3.176
Total do imobilizado	312.238	2.396	(12.537)	470	-	302.567
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.618	-	(126)	-	-	2.492
	2.618	-	(126)	-	-	2.492
Total	314.856	2.396	(12.663)	470	-	305.059

	31.12.2021	Adição	Depreciação / amortização	Desmantelamento	Transferência	31.12.2022
Imobilizado em serviço						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	54.651	-	-	(61)	1.036	55.626
Máquinas e equipamentos	314.234	-	-	-	(314.234)	-
Veículos	494	-	-	-	-	494
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	797	-	-	-	(797)	-
Instalações técnicas/mecânicas - solar	-	-	-	-	315.069	315.069
	370.176	-	-	(61)	1.074	371.189
Depreciação acumulada						
Edif. Ob. Cíveis e benfeitorias	(7.057)	-	(1.853)	-	2	(8.908)
Máquinas e equipamentos	(40.274)	-	-	-	40.274	-
Instalações técnicas/mecânicas - solar	-	-	(10.604)	-	(40.276)	(50.880)
Veículos	(97)	-	(70)	-	-	(167)
	(47.428)	-	(12.527)	-	-	(59.955)
Imobilizado em curso						
Máquinas e equipamentos	1.723	353	-	-	(1.072)	1.004
	1.723	353	-	-	(1.072)	1.004
Total do imobilizado	324.471	353	(12.527)	(61)	2	312.238
Ativo de direito de uso						
Terrenos	2.746	-	(126)	-	(2)	2.618
	2.746	-	(126)	-	(2)	2.618
Total	327.217	353	(12.653)	(61)	-	314.856

As principais taxas de depreciação que refletem a vida útil dos ativos imobilizados são as seguintes:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Administração	%
Edif. Ob. Cívís e benfeitorias	2,50%
Máquinas e equipamentos	1,33%
Veículos	0,42%
Equipamentos de informática, telefonia e sistema de segurança	0,42%
Instalações técnicas/mecânicas - solar	2,50%

Os ativos de direito de uso são amortizados em conformidade com a vida útil definida em cada contrato. A tabela a seguir demonstra o prazo médio remanescente na data-base de 31 de dezembro de 2023:

Ativo de direito de uso	Prazo médio remanescente (anos)
Terrenos	2,00

7. Intangível

A Companhia reconhece como ativo intangível o direito de operar a usina de geração de energia elétrica durante o período da outorga.

O ativo intangível é demonstrado ao custo de aquisição e/ou de construção, incluindo a margem de construção. O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil regulatória nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão. A amortização é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil regulatória estimada.

Ativos intangíveis com vida definida são amortizados ao longo da vida útil-econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis com vida definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, mas são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável, individualmente ou no nível da unidade geradora de caixa. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente para determinar se esta avaliação continua a ser justificável. Caso contrário, a mudança na vida útil de indefinida para definida é feita de forma prospectiva

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Uso de estimativas:

A Companhia avalia anualmente eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Caso exista um indicador de perda de valor recuperável, o teste é realizado anualmente no fim de cada exercício social ou sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O valor recuperável do ativo é definido como sendo o maior entre o valor de uso e o valor justo menos custo para venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não foram observados indicativos de que os ativos relevantes da Companhia estivessem registrados por valor superior ao seu valor recuperável líquido.

A composição do saldo de ativos intangíveis é como segue:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Custo incremental	27	(3)	24	12
Direito de uso da concessão	3.876	(775)	3.101	3.230
Total	3.903	(778)	3.125	3.242

A movimentação do intangível está demonstrada a seguir:

	Em serviço		
	Custo	Amortização acumulada	Valor líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2021	3.876	(517)	3.359
Custo incremental CCEE	13	13	26
Amortização	-	(143)	(143)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.889	(647)	3.242
Adições	14	-	14
Amortização	-	(131)	(131)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.903	(778)	3.125

As principais taxas de amortização dos ativos intangíveis, são as seguintes:

Administração	%
Custo incremental	3,33%
Direito de uso da concessão	33,33%

8. Fornecedores

A Companhia utiliza o método de custo amortizado para reconhecimento e mensuração dos saldos de fornecedores.

	31.12.2023	31.12.2022
Compra de Energia	3.114	2.355
Encargo de Uso da Rede	147	114
Encargo de Uso da Rede - partes relacionadas (nota 17)	1	2
Total energia	3.262	2.471
Materiais e serviços	2.319	1.605
Materiais e serviços - partes relacionadas (nota 17)	11.276	11.843
Compartilhamento de despesas comuns - partes relacionadas (nota 17)	3.756	2.337
Total materiais e serviços	17.351	15.785
Total	20.613	18.256

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



9. Empréstimos e financiamentos

	31.12.2023					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda estrangeira						
Bank of China LTD-Milan Branch	5.589	2.034	7.623	41.918	41.918	49.541
Santander Madrid	4.919	1.955	6.874	37.119	37.119	43.993
Proparco	15.780	94	15.874	73.902	73.902	89.776
Total	26.288	4.083	30.371	152.939	152.939	183.310

	31.12.2022					
	Circulante			Não circulante		Total circulante + não circulante
	Principal	Juros	Total	Principal	Total	
Moeda estrangeira						
Bank of China LTD-Milan Branch	6.102	1.541	7.643	51.863	51.863	59.506
Santander Madrid	5.412	1.481	6.893	46.224	46.224	53.117
Proparco	16.472	115	16.587	91.419	91.419	108.006
Total	27.986	3.137	31.123	189.506	189.506	220.629

A movimentação da dívida é como segue:

	Moeda estrangeira		Total
	Circulante	Não circulante	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	25.676	256.427	282.103
Encargos provisionados	6.956	-	6.956
Encargos pagos	(5.348)	-	(5.348)
Variação cambial	(27.387)	-	(27.387)
Transferências	53.060	(53.060)	-
Amortizações	(22.285)	-	(22.285)
Ajuste a valor de mercado	-	(13.861)	(13.861)
Custo de transação	451	-	451
Saldo em 31 de dezembro de 2022	31.123	189.506	220.629
Encargos provisionados	10.530	-	10.530
Encargos pagos	(9.323)	-	(9.323)
Variação cambial	-	(14.292)	(14.292)
Transferências	24.603	(24.603)	-
Amortizações	(27.013)	-	(27.013)
Ajuste a valor de mercado	-	2.328	2.328
Custo de transação	451	-	451
Saldo em 31 de dezembro de 2023	30.371	152.939	183.310

As principais características dos contratos de empréstimos e financiamentos estão descritas a seguir:

Descrição	Moeda	Valor do ingresso	Data da emissão	Data do vencimento	Taxa efetiva a.a. (%)	Tipo de amortização	Pagamento de juros	Finalidade	Garantia	31.12.2023
Bank of China LTD - Milan Branch	USD	50.274	30/03/2017	01/12/2031	LIBOR-06 + 1,7647%	Semestral	Semestral	CAPEX	Aval ENEL SPA	49.541
Santander Madrid	USD	48.302	30/03/2017	01/12/2031	LIBOR-06 + 1,7647%	Semestral	Semestral	CAPEX	Aval ENEL SPA	43.993
Proparco	EUR	100.792	22/12/2017	15/06/2032	Fixo + 2,28%	Semestral	Semestral	CAPEX	Aval ENEL SPA	89.776
										183.310

A curva de amortização da dívida não circulante se apresenta da seguinte forma:

2025	2026	2027	2028	Após 2028	Total
23.323	20.357	20.357	20.357	68.545	152.939

Garantias

Para assegurar o pagamento de quaisquer obrigações, o contrato conta com a seguinte garantia:

- A controladora indireta Enel S.p.A como garantidora.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Cláusulas restritivas

Contratos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de Apuração dos Índices
Empréstimos e financiamentos:			
Santander Madrid / Bank of China	Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	2,33	Anual
Proparco	Dívida Financeira / Patrimônio Líquido	1,13	Anual

- (i) Dívida Financeira para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a:
- qualquer Endividamento Financeiro decorrente de qualquer Documento Financeiro;
 - Endividamento Financeiro decorrente de uma transação de câmbio para entrega à vista ou a termo celebrado com vistas à proteção contra flutuação nas taxas de câmbio no caso de exposição cambial no curso normal dos negócios do Mutuário, mas não em uma transação de câmbio para investimento ou fins especulativos;
 - Endividamento Financeiro permitido pela cláusula 19.16 (Transações da Tesouraria);
 - qualquer Endividamento Financeiro incorrido com o consentimento dos credores majoritários acima do limite estabelecido no último parágrafo acima.

A cláusula restritiva estabelece que a Companhia só deve calcular o índice em caso de contratação de novas dívidas. Não houve contratação de novo empréstimo para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023.

10. Provisão para desmantelamento

Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente.

Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes deu origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto anual ajustada ao risco de 10,41% (12,42% em 31 de dezembro de 2022), tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo da Companhia.

Uso de estimativas

As provisões para desmantelamento são constituídas quando existe uma obrigação legal ou contratual no final da vida útil dos ativos. Consequentemente, encontram-se constituídas provisões desta natureza para fazer face às respectivas responsabilidades relativas as despesas com a reposição dos locais e terrenos em seu estado original. Estas provisões são calculadas com base no valor atual das respectivas responsabilidades futuras e são registradas por contrapartida de um aumento do respectivo imobilizado, sendo amortizados de forma linear pelo período de vida útil média esperada desses ativos.

Numa base anual, as provisões são sujeitas a uma revisão de acordo com a estimativa das respectivas responsabilidades futuras. A atualização financeira da provisão, com referência ao final de cada exercício, é reconhecida no resultado do exercício.

As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Saldo do início do exercício	621	617
Revisão da estimativa	470	(61)
Atualização financeira	77	65
Saldo do final do exercício	1.168	621

11. Provisão para processos judiciais

As provisões para riscos trabalhistas são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (formalizada ou não formalizada) como resultado de evento passado, é provável que uma saída de recursos econômicos seja necessária para liquidar a obrigação, e possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação.

Uso de estimativas: A avaliação da probabilidade de perda por parte dos assessores jurídicos da Companhia inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. O cálculo dos montantes provisionados é realizado com base em valores estimados e na opinião dos assessores jurídicos internos e externos, responsáveis pelos processos. As provisões são revisadas pelo menos trimestralmente e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos e decisões de tribunais.

Quando existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários, a Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para eventuais assuntos identificados em fiscalizações realizadas pelas autoridades tributárias das respectivas jurisdições em que opera e cuja probabilidade de perda seja avaliada como provável. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência em fiscalizações anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

Decisão STF - Coisa julgada

Conforme requerido no ofício circular nº 1/2023/CVM/SNC/SEP, de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia confirma que não há impacto nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, relacionadas a decisão do STF – Supremo Tribunal Federal, do dia 8 de fevereiro de 2023, sobre coisa julgada em matéria tributária.

11.1 Processos com probabilidade de perda classificada como provável

A Companhia, com base nas opiniões da Administração e de seus assessores legais, registrou provisões para riscos trabalhistas cuja probabilidade de perda foi classificada como provável.

	31.12.2022	Adição	31.12.2023
Trabalhistas	1	-	1
Total	1	-	1

	31.12.2021	Adição	31.12.2022
Trabalhistas	-	1	1
Total	-	1	1

Os processos de natureza trabalhista, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



A Administração considera que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento.

11.2 Processos com probabilidade de perda classificada como possível (contingentes)

A Companhia está envolvida em outros processos cuja probabilidade de perda está avaliada como possível e, por esse motivo, nenhuma provisão sobre eles foi constituída. A avaliação dessa probabilidade está embasada em relatórios preparados por consultores jurídicos internos e externos da Companhia. O total estimado de processos cuja probabilidade foi classificada como possível é de:

	31.12.2023	31.12.2022
Trabalhistas	1.679	39
Total	1.679	39

O processo de natureza trabalhista classificado como possível refere-se a execução fiscal de pagamento de diferença de contribuição previdenciária. A Receita Federal deixou de considerar as guias recolhidas, razão pela qual a Companhia requereu a devida baixa do débito no montante de R\$ 1.634, atualizado até 31 de dezembro de 2023. Os demais processos, que pleiteiam responsabilidade subsidiária da Companhia, envolvendo pedidos de equiparação salarial, horas extras, adicional de periculosidade, entre outros, totalizam R\$ 45 (R\$ 39 em 31 de dezembro de 2022).

12. Patrimônio líquido

12.1 Capital social

O capital social é de R\$ 227.810, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, parcialmente integralizado em ações ordinárias e sem valor nominal, com a composição acionária a seguir:

	31.12.2023		31.12.2022	
	Quantidade de ações	% de participação no capital	Quantidade de ações	% de participação no capital
Enel Brasil S.A.	227.809.594	100,00%	227.809.594	100,00%
Minoritários	739	0,00%	739	0,00%
Total	227.810.333	100,00%	227.810.333	100,00%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, foi aprovado aumento de capital no valor de R\$ 73.574, mediante a emissão de 73.574.400 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, totalmente subscrito e parcialmente integralizado pela Controladora. No mesmo exercício, foi efetivada a redução do capital da Companhia, por considerá-lo excessivo, no montante de R\$ 65.000, deduzindo R\$ 27.164 do saldo a integralizar, com cancelamento de 65.000.000 de ações detidas pela controladora Enel Brasil S.A. A restituição do valor das ações será efetuada em uma ou mais parcelas até 31 de dezembro de 2026.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu da sua controladora, Enel Brasil S.A., o montante de R\$ 15.278 (R\$ 18.836 durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022) a título de capital integralizado que se encontrava pendente oriundo do aumento realizado pela controladora em fevereiro de 2022.

12.2 Distribuição de resultado

Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 3.180 (lucro líquido de R\$ 3.121 em 31 de dezembro de 2022 que foi absorvido pelo saldo de prejuízos acumulados de exercícios anteriores), portanto, não há destinação a ser realizada no exercício de 2023.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(3.180)	3.121
Constituição de reserva de incentivo fiscal	-	(1.848)
Destinação para (absorção de) prejuízos acumulados	3.180	(1.273)
Saldo remanescente para destinação	-	-

12.3 Resultado por ação

O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias emitidas durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41. O lucro ou prejuízo básico por ação é calculado dividindo-se o lucro atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferenciais da Companhia pelo número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais em poder dos acionistas durante o exercício.

	31.12.2023	31.12.2022
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(3.180)	3.121
Número de ações	227.810.333	227.810.333
Resultado por ação do exercício - básico e diluído (reais por ação)	(0,01)	0,01

13. Receita líquida

As receitas são reconhecidas pela Companhia de acordo com o CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente (“CPC 47”). A norma estabelece o modelo para reconhecimento de receitas originadas de contratos com clientes, composto por cinco passos, cujos valores devem refletir a contraprestação à qual a entidade espera ter direito em troca da transferência de bens ou serviços a um cliente.

A Companhia reconhece suas receitas quando uma obrigação de performance é satisfeita, sendo considerado o valor que se espera receber em troca da transferência de bens ou serviços. As receitas são reconhecidas à medida que for provável o recebimento da contraprestação financeira em troca bens ou serviços ora transferidos, considerando também, a capacidade e intenção de seus clientes em cumprir com os pagamentos determinados em contrato.

Receita de venda de energia

As receitas de venda de energia elétrica são reconhecidas no resultado de acordo com as regras estabelecidas através do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade definida em contrato com os clientes. A apuração do volume de energia comercializado ocorre em bases mensais ou conforme estabelecido em cláusulas contratuais. As receitas de suprimentos de energia elétrica incluem também as transações no mercado de curto prazo.

As vendas de energia na Câmara de Comercialização de Energia (“CCEE”) são reconhecidas pelo valor justo da contraprestação a receber quando há um excedente de geração, após a alocação de energia no MRE, denominada (“energia secundária”), liquidada no mercado SPOT (“mercado de curto prazo”) ao valor do Preço de Liquidação das Diferenças (“PLD”) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de energia elétrica.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023	2022
Suprimento de energia elétrica	51.228	51.504
	51.228	51.504
<u>Deduções da receita</u>		
Cofins	(3.881)	(3.923)
PIS	(842)	(852)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	(212)	(208)
	(4.935)	(4.983)
Total	46.293	46.521

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



14. Custos e despesas operacionais (incluindo outras receitas)

	2023			2022		
	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo do serviço	Despesas gerais e administrativas	Total
Pessoal	(2.227)	(15)	(2.242)	(2.437)	(36)	(2.473)
(-) Capitalização dos custos de pessoal	966	-	966	1.314	-	1.314
Provisão de processos judiciais e outros	-	(1)	(1)	-	(1)	(1)
Material	(482)	(407)	(889)	(574)	(54)	(628)
(-) Capitalização dos custos de material	180	-	180	41	-	41
Serviços de terceiros	(7.682)	(182)	(7.864)	(6.799)	(22)	(6.821)
Serviços de terceiros partes relacionadas (nota 17)	-	(2.732)	(2.732)	-	(2.378)	(2.378)
Energia elétrica comprada para revenda	(3.029)	-	(3.029)	(2.226)	-	(2.226)
Encargos de uso de rede elétrica	(1.309)	-	(1.309)	(1.166)	-	(1.166)
Depreciação e amortização	(12.794)	-	(12.794)	(12.783)	-	(12.783)
Aluguéis e arrendamentos	14	-	14	-	-	-
Transporte de potência de energia	(4)	-	(4)	(10)	-	(10)
Transporte de potência de energia - partes relacionadas (nota 17)	(3)	-	(3)	(13)	-	(13)
Seguros	(452)	-	(452)	(560)	-	(560)
Outras receitas (despesas)	290	(2.855)	(2.565)	216	(117)	99
Total	(26.532)	(6.192)	(32.724)	(24.997)	(2.608)	(27.605)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



15. Resultado financeiro

	2023	2022
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	565	287
Outras variações cambiais	578	1.417
Variação cambial realizada	-	8.160
Variação cambial de dívida	22.513	35.536
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	8.216	-
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	4.308	13.862
(-) PIS/COFINS sobre receitas financeiras	(27)	(13)
	36.153	59.249
Despesas financeiras		
Outras variações cambiais	-	-
Variação cambial de dívida	(8.221)	(8.148)
Variação cambial realizada	-	(1)
Dívida - Marcação a mercado	(2.328)	-
Custo de transação	(451)	(451)
Encargos de dívidas	(10.530)	(6.956)
Atualização de impostos e multas	(213)	(99)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Variação cambial	(22.513)	(35.536)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Marcação a mercado	-	(9.713)
Instrumento financeiro derivativo - hedge/swap - Juros	(10.153)	(14.948)
Garantias e fianças	(3)	-
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(43)	(43)
Atualização financeira desmantelamento	(77)	(65)
Juros em arrendamento	(2)	(3)
Outras despesas financeiras	(6)	(321)
	(54.540)	(76.284)
Total	(18.387)	(17.035)

16. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Imposto corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	2023		2022	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
a) Composição dos tributos no resultado:				
Na rubrica de tributos:				
Correntes	-	-	(127)	(720)
Diferidos	1.205	433	1.535	552
	1.205	433	1.408	(168)
b) Demonstração do cálculo dos tributos - despesa:				
Resultado antes dos tributos	(4.818)	(4.818)	1.881	1.881
Adições:				
IFRS 16 (AVP)	(14)	(14)	126	126
Provisões	573	573	56	56
Variação Cambial Não Realizada	(565)	(565)	(1.417)	(1.417)
Ajuste a valor justo	2.452	2.452	10.800	10.800
Compensação de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	-	-	(3.428)	(3.428)
Outras despesas ineditáveis	82	82	(21)	(21)
	2.528	2.528	6.116	6.116
Base de cálculo	(2.290)	(2.290)	7.997	7.997
Alíquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Alíquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 20/mês	10%	-	10%	-
Despesa com tributos às alíquotas nominais	-	-	(1.975)	(720)
SUDENE	-	-	1.848	-
Total	-	-	(127)	(720)

Incentivo fiscal

A Companhia tem reconhecido o direito à redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis calculados com base no lucro da exploração para a atividade de geração de energia, cujo empreendimento está instalado em área de atuação da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE. O laudo constitutivo foi aprovado em 2019 com o período de fruição – 10 anos – de janeiro de 2019 a dezembro de 2028. Haja vista a opção pelo regime de lucro presumido nos anos de 2019 e 2020 e, em conformidade com o despacho decisório da RFB, foi deferido o prazo de 01/01/2021 a 31/12/2028 de fruição do referido benefício fiscal. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 não foi apurado o benefício fiscal porque a companhia obteve prejuízo fiscal de R\$ (2.290) (R\$ 1.848 no exercício findo em 31 de dezembro de 2022). O valor do imposto de renda que deixar de ser pago em virtude de sua redução pelo benefício fiscal não poderá ser distribuído aos acionistas sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, conforme determina o artigo 19, §§ 3º e 5º, da Lei nº 12.973/14.

Imposto diferido

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributários e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos encontram-se demonstrados como segue:

	Balancos patrimoniais		Resultado		Outros resultados abrangentes	
	31.12.2023	31.12.2022	2023	2022	2023	2022
Tributos diferidos ativos:						
Prejuízo fiscal e base negativa	3.502	610	2.892	(1.165)	-	-
Varição cambial não realizada	26.188	18.534	7.654	12.082	-	-
Instrumentos financeiros derivativos	9.413	9.230	183	8.385	-	-
Arrendamento - CPC 06 (R2)	39	43	(4)	43	-	-
Outras provisões	242	19	223	19	-	-
	39.384	28.436	10.948	19.364	-	-
Tributos diferidos passivos:						
Instrumentos financeiros derivativos	(12.349)	(10.250)	(1.463)	(4.713)	(636)	(97)
Varição cambial não realizada	(26.908)	(19.061)	(7.847)	(12.564)	-	-
	(39.257)	(29.311)	(9.310)	(17.277)	(636)	(97)
Total	127	(875)	1.638	2.087	(636)	(97)

Uso de estimativas

Com base no estudo técnico de geração de lucros tributários futuros e estimativas da Administração, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia estima a realização dos tributos diferidos ativos nos seguintes exercícios:

Ano de realização	Valor
2024	570
2025	890
2026	1.251
2027	3.520
2028 a 2030	723
2031 A 2050	32.430
Total	39.384

Os valores reconhecidos correspondem às melhores estimativas da Administração, com base no prazo provável de realização e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento tributário.

A Companhia prepara anualmente seu plano estratégico para os anos seguintes, no qual projeta os resultados operacionais e financeiros futuros para a Companhia, baseados numa visão macroeconômica que leva em consideração aspectos como crescimento econômico do país onde a Companhia possui operações, taxa básica de juros, inflação, índice de alavancagem, demanda por seus produtos e serviços, etc. Tais projeções, formam parte de um grande processo realizado pelo Grupo Enel para definição de suas estratégias globais e são apresentados ao mercado anualmente. Com base nessas projeções, são realizados estudos técnicos conservadores de viabilidade de realização dos créditos fiscais diferidos da Companhia.

O estudo de realização dos créditos fiscais diferidos é realizado considerando a capacidade de absorção anual projetada das diferenças temporárias e do prejuízo fiscal acumulado, observada na estimativa de lucros tributáveis futuros, juntamente com suas estratégias de planejamento tributário. A Administração entende que a presente estimativa é consistente com seu plano de negócio, à época da elaboração do estudo técnico, de forma que não é esperada nenhuma perda na realização desses créditos.

17. Transações com partes relacionadas

Em 31 de dezembro 2023 e 2022, os saldos de transações com partes relacionadas podem ser assim

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



resumidos:

17.1 Controladora (Enel Brasil)

Natureza da transação	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Passivo	Passivo	Despesa	Despesa
Compartilhamento das despesas comuns	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	(2.393)	(847)	(2.732)	(2.378)
Redução de capital	Dezembro de 2023	(37.836)	(37.836)	-	-
Total		(40.229)	(38.683)	(2.732)	(2.378)

A Companhia mantém com sua controladora contrato de fruição de utilidades comuns que prevê o compartilhamento de infraestrutura.

17.2 Empresas em controle em comum

Natureza da transação e parte relacionada	Vigência	31.12.2023	31.12.2022	31.12.2023	31.12.2022
		Ativo (Passivo)	Ativo (Passivo)	Receitas (despesas)	Receitas (despesas)
Suporte Operacional		(11.277)	(11.843)	-	-
Enel Green Power Spa GLO	Janeiro de 2017 até o término dos serviços	(11.277)	(11.843)	-	-
Compartilhamento das despesas comuns		11.855	10.922	-	-
Enel Green Power Zeus II Dellfina VII S.A.		427	427	-	-
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.		194	194	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A.		181	181	-	-
Enel Green Power Cumaru 1 S.A.		1.271	1.271	-	-
Enel Green Power Soluções Energéticas S.A.		9	9	-	-
Enel Green Power Fortes dos Ventos II S.A.		85	85	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 2 S.A.		1.913	1.913	-	-
Enel Green Power Santa Esperança 8 S.A.		92	92	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 14 S.A.		114	114	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 13 S.A.		446	446	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 1 S.A.		1.042	963	-	-
Enel Green Power Tacaicó S.A.		2	2	-	-
Enel Green Power Cristal Eólica S.A.	Janeiro de 2022 a dezembro de 2026	56	56	-	-
Enel Green Power Dellfina A Eólica S.A.		1.213	1.213	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda.		(38)	(38)	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Solar		1.031	-	-	-
Enelpower do Brasil Ltda		(564)	(564)	-	-
Enel Green Power Salto Apiacas S.A.		(29)	(29)	-	-
Enel Green Power Horizonte MP Sola S.A.		-	904	-	-
Enel Green Power Ituperava Sul Solar S.A.		3.178	3.178	-	-
Enel Green Power Ituperava Norte Solar S.A.		(56)	(56)	-	-
Enel Green Power Aroeira 01 S.A.		861	388	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 08 S.A.		41	41	-	-
Usina Fotovoltaica Arinos E 11 Ltda		171	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 3 S.A.		215	132	-	-
Transporte de energia (*)		-	(2)	(3)	(13)
Enel Cien S.A.	Até março de 2023	-	(2)	(3)	(13)
Total		578	(923)	(3)	(13)

(*) Em dezembro de 2022, a concessão da interconexão Brasil-Argentina (Garabi I e Garabi II) foi licitada no leilão 002/2022 no lote 5 e a Cien S.A. optou por não participar da licitação. O vencedor da licitação e novo operador da concessão foi a Transmissora Aliança de Energia Elétrica – TAESA, que assumiu a concessão a partir de 31 de março de 2023. Até essa data, as transações da Companhia com a Enel CIEN, foram consideradas como transações entre partes relacionadas.

Compartilhamento das despesas comuns: O contrato tem por objeto a regulação dos direitos e obrigações das fruidoras em relação à fruição de “Utilidades comuns”, definindo as atribuições de cada uma das partes na execução de tarefas, bem como os critérios de alocação, de modo que sejam distribuídos, de maneira proporcional e racional, os custos e despesas passíveis de compartilhamento, gerando eficiência de escala na administração das atividades a que se dedicam as partes.

Compra e venda de energia: Contratos bilaterais livremente negociados, conforme regras e procedimentos de comercialização específicos, no Ambiente de Contratação Livre (“ACL”), observando-se os preços e condições usuais de mercado.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Outras contas a pagar: Saldo a pagar para as parceiras do grupo referente a despesas pagas por essas parceiras em nome das geradoras.

Suporte Operacional: Referente a projetos de engenharia, aquisição e construção, sem transferência de tecnologia ou know-how, se dá através de i) prestação de consultoria e aconselhamento sobre questões relativas ao projeto; ii) aconselhamento oral e escrito de peritos das várias categorias de serviços; iii) fornecimento de informações factuais e recomendações que permitem melhorias na implementação do projeto; iv) participação na execução do projeto; v) designação de pessoa responsável pela coordenação do recolhimento e tratamento de informações.

Remuneração dos Administradores

Tendo em vista que os Administradores prestam serviços e são remunerados em demais sociedades do Grupo, tendo seus custos compartilhados, não houve remuneração de Administradores na Companhia em 2023 e 2022.

18. Objetivos e políticas para gestão do risco financeiro

A Companhia efetua avaliação de seus ativos e passivos financeiros em relação aos valores de mercado, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação apropriadas. Entretanto, a interpretação dos dados de mercado e a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e estimativas para se calcular o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter um efeito relevante nos valores de realização estimados.

Mensuração do valor justo

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

O valor justo do caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, créditos/débitos com partes relacionadas, contas a pagar a fornecedores e outras obrigações de curto prazo se aproximam de seu respectivo valor contábil em grande parte devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

Valor justo hierárquico

Existem três tipos de níveis para classificação do valor justo referente a instrumentos financeiros, a hierarquia fornece prioridade para preços cotados não ajustados em mercado ativo referente a ativo ou passivo financeiro. A classificação dos níveis hierárquicos pode ser apresentada conforme exposto abaixo:

- Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

O valor justo hierárquico, contábil e de mercado dos principais instrumentos financeiros da Companhia em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são como segue:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Categoria	Nível	31.12.2023		31.12.2022		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalentes de caixa	Custo amortizado	2	4.103	4.103	4.795	4.795
Títulos e valores mobiliários	Valor justo por meio do resultado	2	4	4	13	13
Ativo financeiro setorial	Valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2	35.458	35.458	47.052	47.052
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	17.887	17.887	22.585	22.585
			57.452	57.452	74.445	74.445
Passivo						
Fornecedores	Custo amortizado	2	20.613	20.613	18.256	18.256
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Custo amortizado	2	93.532	94.571	112.623	103.068
Empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira	Valor justo por meio do resultado	2	89.777	89.777	108.006	79.392
Instrumentos financeiros derivativos	Custo amortizado	2	687	687	2.256	2.256
Instrumentos financeiros derivativos	Valor justo por meio do resultado	2	217	217	395	395
Obrigações por arrendamentos	Custo amortizado	2	26	26	37	37
			204.852	205.891	241.573	203.404
Total			262.304	263.343	316.018	277.849

Uso de estimativas

As aplicações financeiras classificadas como (i) Caixa e equivalente de caixa; e (ii) Títulos e valores mobiliários, são registradas inicialmente pelo seu valor justo e atualizadas por amortização de principal e correção de rendimentos com base na curva da taxa DI apurada no período, conforme definido na contratação. Todas as aplicações da companhia são vinculadas a índice financeiro pós fixados, portanto não é esperada alteração significativa entre o valor contábil e o valor justo.

Para as rubricas empréstimos e financiamentos, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

Para as demais rubricas, o valor contábil dos instrumentos financeiros é uma aproximação razoável do valor justo. Logo, a Companhia optou por divulgá-los com valores equivalentes ao valor contabilizado.

18.1 Instrumentos financeiros derivativos

A estimativa do valor de mercado das operações de derivativos foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela B3 na posição de 31 de dezembro de 2023. Os valores da curva e de mercado dos instrumentos financeiros de 31 de dezembro de 2023 estão dispostos abaixo:

Instrumento	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Posição	Valor na curva	Valor justo (contábil)	Diferença
SWAP	Santander	30/03/2017	01/12/2031	USD Libor + 1,76% x BRL CDI +2,05%	32.613	34.770	(2.157)
SWAP	Santander	22/12/2017	15/12/2027	EUR + 2,28% x BRL CDI + 2,16%	24.725	17.670	7.055
					57.338	52.440	4.898

Análise de sensibilidade sobre os instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças na moeda estrangeira da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

A Companhia realizou uma análise em seus instrumentos financeiros, com objetivo de mensurar os impactos decorrentes de mudanças em variáveis de mercado, considerando como cenário mais provável para a realização nos próximos 12 meses a projeção dos indicadores divulgados de acordo com a curva futuro dos indicadores divulgada pela B3.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

A Companhia se encontra exposta a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, os quais são tempestivamente monitorados pela Administração. Estes riscos significativos de mercado que afetam os negócios da Companhia e podem ser assim resumidos:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CHINA 4131 ITUVERAVA	3.982	15.600	11.618	20.863	16.881
SAN 4131 ITUVERAVA	3.825	14.989	11.164	20.045	16.220
SAN 4131 ITUVERAVA PA	(7.807)	(30.589)	(22.782)	(40.908)	(33.101)
SAN 4131 ITUVERAVA PP	7.894	9.449	1.555	11.423	3.529
PROPARCO 4131 ITUVERAVA	4.299	25.240	20.941	33.630	29.331
PROPARCO 4131 ITUVERAVA PA	(4.299)	(25.240)	(20.941)	(33.630)	(29.331)
PROPARCO 4131 ITUVERAVA PP	8.442	10.092	1.650	14.204	5.762
Total	16.336	19.541	3.205	25.627	9.291

18.2 Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nos preços de mercado. Os preços de mercado englobam dois tipos de risco principais: (i) risco de taxa de juros; e (ii) risco cambial (que não afeta a Companhia neste momento, dado as suas operações atuais).

18.3 Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros é o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado.

A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, às obrigações de longo prazo da Companhia sujeitas a taxas de juros variáveis, além das variações das taxas de juros incidentes sobre as aplicações financeiras em CDBs, ambas atreladas ao CDI. A Administração entende que o risco de grandes variações nas taxas de juros mencionadas é baixo, levando em conta a natureza do investimento e o histórico de variação do indexador, além das perspectivas atuais de mercado.

A tabela abaixo demonstra a análise de sensibilidade dos impactos do resultado da Companhia caso as variações nas taxas de juros de 2022 fossem iguais as esperadas para os próximos 12 meses, segundo projeções baseadas na curva futura da B3, considerando a taxa de juros contratual (índice + spread). Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no Cenário Provável (índices projetados divulgados pela B3).

Indexador do contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
		Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
CDI	16.336	19.541	3.205	25.627	9.291
Total	16.336	19.541	3.205	25.627	9.291

18.4 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com o cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro.

A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação ao contas a receber), incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras mantidos pela Companhia.

Contas a receber

A administração da Companhia entende que o risco de crédito se encontra mitigado de forma substancial, em

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



função da reputação destas empresas, mercado onde atuam e do histórico de ausência de perda na realização das contas a receber, resultando na avaliação do risco de crédito como baixo.

Depósitos em bancos e instituições financeiras

Todas as operações da Companhia são realizadas com bancos de reconhecida liquidez, o que minimiza seus riscos.

18.5 Risco de liquidez

O risco de liquidez consiste na possibilidade de a Companhia não ter recurso suficiente para cumprir com seus compromissos em função das diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a sua reputação.

Considerando os planos de negócios que compreendem os orçamentos anuais ou plurianuais, todos os planos de investimento de capital, os planos estratégicos e os programas de manutenção das instalações, a Companhia não identificou riscos sobre a capacidade de quitar as obrigações presentes no passivo circulante em 31 de dezembro de 2023.

O Grupo, por meio da controladora indireta Enel S.p.A. (sediada na Itália), tem feito aportes e investimentos significativos no Brasil. A Companhia conta ainda, caso seja necessário, com o apoio financeiro da *Holding* do grupo (Enel Spa) que, por meio da *Enel Finance International (EFI)*, poderá disponibilizar recursos para financiar investimentos e/ou capital de giro.

18.6 Risco operacional

O objetivo da Companhia é administrar o risco operacional para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros. A Companhia realiza as atividades de operação e manutenção das suas usinas de acordo com as práticas do setor elétrico brasileiro, inclusive realizando sistematicamente as atividades de manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos eletromecânicos das instalações bem como o monitoramento das estruturas civis e barragens.

Caso ocorram eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, a Companhia contratou uma cobertura de seguros de operação sobre máquinas, equipamentos e estrutura de obras.

18.7 Gestão de capital

A política da Companhia é manter uma sólida base de capital para manter a confiança dos investidores, credores e mercado e com isso manter o desenvolvimento futuro do negócio. A Administração monitora o retorno de capital sobre a operação da Companhia em um fator médio ponderado. A Administração entende que a exposição da Companhia a riscos é remota, sendo o gerenciamento realizado através de ferramentas de controle, planejamento e orçamento, coordenadas pela Administração.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido e pelo patrimônio líquido, conforme detalhado a seguir:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de dezembro de 2023

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)



	31.12.2023	31.12.2022
Empréstimos e financiamentos	183.310	220.629
Instrumentos financeiros derivativos	(52.440)	(66.986)
Dívida	130.870	153.643
Caixa e equivalentes de caixa	(4.103)	(4.795)
Títulos e valores mobiliários	(4)	(13)
Dívida líquida	126.763	148.835
Patrimônio líquido	145.687	132.354
Índice de endividamento líquido	47%	53%

18.8 Seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel.

As especificações por modalidade de risco estão demonstradas a seguir:

Riscos cobertos	Vigência		Importância assegurada	Limite máximo de garantia (sinistro)
	De	Até		
Riscos operacionais	31/10/23	31/10/24	331.417	5.330.451
Responsabilidade civil geral	31/10/23	31/10/24	N/A	1.260.750
Responsabilidade civil de administradores	10/11/23	10/11/24	N/A	77.618
Riscos ambientais	31/10/23	31/10/24	N/A	106.609

Para os seguros de responsabilidade civil ambiental, responsabilidade civil administradores e responsabilidade civil geral, o valor limite contempla todas as empresas do Grupo